

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.467 - PI (2019/0186832-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : VICENTE RIBEIRO GONCALVES NETO
ADVOGADO : VICENTE RIBEIRO GONÇALVES NETO - PI004393
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : ANTONIO AMARO DE SOUSA MARCOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANTONIO AMARO DE SOUSA MARCOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (HC n. 0707713-46.2019.8.18.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática de delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso V, do Código Penal – CP (homicídio qualificado). Em 25/10/2017, ao receber a denúncia, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO SUPERIOR.

1. A primeira vista, a prisão preventiva mostra-se necessária à garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP, dada a gravidade concreta da conduta supostamente praticada pelo denunciado (paciente que, em concurso de pessoas, exterminou a vítima, com uso de arma de fogo, deferindo-lhe disparos mortais perante o filho menor, movido pelo desejo de assegurar a impunidade ao crime de roubo anteriormente cometido pelos acusados contra a mesma vítima); por conveniência da instrução criminal (há registro de que os familiares da vítima foram ameaçados pelos acusados durante a investigação policial), bem como para garantir a aplicação da lei penal.

2. A decisão do Magistrado de 1º grau ainda encontrou

Superior Tribunal de Justiça

respaldo na jurisprudência pátria, pela qual: Não ha constrangimento ilegal quando apontados elementos concretos dos autos ensejadores da necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta dos delitos em tese cometidos (...) com a finalidade de assegurar a impunidade do crime contra o patrimônio.

3. *Havendo necessidade de se decretar a segregação preventiva, no caso como forma de garantia da ordem pública, inadequada a substituição por medidas cautelares diversas da prisão. pois estas são muito menos abrangentes e eficazes.*

4. *Ordem denegada, em harmonia com o parecer ministerial (fl. 138).*

No presente *mandamus*, alega que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea, uma vez que pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Destaca que, após a expiração do prazo de 30 dias da custódia temporária – anteriormente decretada –, o paciente, posto em liberdade, cumpriu com todas as obrigações processuais, não tendo dado causa a novos motivos que justificassem o retorno ao cárcere.

Assevera que o novo decreto prisional foi expedido mais de 1 ano após os fatos e o paciente, após o recebimento da denúncia pelo Juízo de piso, nunca foi citado pessoalmente para responder ao processo. Sustenta, nesse sentido, não se poder falar em revelia ou que o paciente esteja foragido. Indica que sua nova moradia situa-se no município de Fronteiras/PI (sem precisar o endereço) e que o acusado se dispõe a comparecer voluntariamente em Juízo, desde que possa responder às acusações em liberdade.

Aduz excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto o comando de prisão cautelar encontra-se vigente por quase 2 anos sem que a instrução tenha sido encerrada. Aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, se for o caso mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 146/148) e informações prestadas (fls. 151/198), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 203/208).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

A presente impetração, no ponto em que alega ausência de fundamentação da custódia, traz pedido idêntico ao formulado no HC 461.204/PI, e, muito embora ataquem acórdãos diversos, ambos tratam da prisão preventiva decretada no bojo da ação penal n. 0000471-56.2017.8.18.0062. O exame do mérito da impetração foi realizado nesta Corte Superior em sessão realizada no dia 21/2/2019, ocasião em que não se conheceu do *habeas corpus*.

Referido acórdão restou assim ementado:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. GRAVIDADE DO DELITO. MODUS OPERANDI. AMEAÇA AOS FAMILIARES DA VÍTIMA. EVASÃO DO DISTRITO DE CULPA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

3. A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade dos recorrentes e a gravidade do delito, evidenciadas pelas circunstâncias das condutas criminosas – a fim de garantir impunidade de crime anterior de roubo, os pacientes, em concurso de agentes, teriam surpreendido a vítima enquanto conduzia seu veículo e, de cima de uma motocicleta, a alvejado com numerosos

Superior Tribunal de Justiça

disparos de arma de fogo.

4. Restou consignado haver notícias de que teriam ameaçado a família da vítima, assim como, no caso de LUIZ AMARO DE SOUSA MARCOS, referido paciente teria empreendido fuga do distrito de culpa, após a passagem dos fatos, demonstrando, assim, a intenção em se esquivar de possível ação judicial.

5. Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo, família constituída e ocupação lícita, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

6. Habeas corpus não conhecido.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, neste ponto.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Noutro giro, as irresignações relativas ao lapso temporal transcorrido entre os fatos e a decretação da prisão preventiva e ao excesso de prazo não foram analisadas pelo Tribunal de origem. Assim, fica inviabilizada a análise direta das alegações por esta Corte Superior, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DEFICIENTE. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE RÉUS. CARTAS PRECATÓRIAS. NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO. MOROSIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Não tendo a alegada ausência de fundamentos para a segregação cautelar sido objeto de apreciação pela Corte a quo, não pode ser examinada diretamente por este Tribunal, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância.

2. Além disso, a defesa não trouxe aos autos cópia integral da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, impossibilitando a análise da questão, eis que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

4. No caso, o Tribunal de origem entendeu que o processo tramita dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer atraso relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão. A despeito de o paciente estar preso desde o dia 16/9/2016, a ação penal apresenta uma certa complexidade, porquanto versa sobre 3 acusados, custodiados em locais diversos do distrito da culpa, demandando, portanto, a expedição de cartas precatórias. Além disso, não tendo os acusados constituído defensores, foi necessária a nomeação de advogado dativo, de modo que a defesa prévia foi juntada somente em 17/2/2017.

5. Não obstante, em consulta ao site do Tribunal de Justiça do estado, observa-se que o Magistrado processante tem adotado medidas para imprimir celeridade na solução do caso, valendo ressaltar que diversas testemunhas já foram intimadas, já tendo sido designada data de audiência.

6. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido (RHC 84.616/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 14/06/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

